

PANC E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: INTER-RELAÇÕES POSSÍVEIS PARA FORMAÇÃO DE UM SUJEITO ECOLÓGICO DECOLONIAL

ANA BEATRIZ DA SILVA CUNHA DE BARROS

anabeabarros@icloud.com

Atualmente, é pesquisadora do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV (FGVCes, Brasil). Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Análise Ambiental Integrada pela Universidade Federal de São Paulo - Diadema. Graduada em Ciências Biológicas, licenciatura e bacharelado, pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2019). Atuação com ênfase em Educação Ambiental com foco no resgate dos saberes da terra e uso de plantas no cotidiano, fortalecendo a integração corpo-natureza. Agente de promoção Ambiental pelo Programa Ambientes Verdes e Saudáveis - PAVS (2022 - 2024).

LUCIANA APARECIDA FARIAS

luciana.farias@unifesp.br

Possui graduação Química pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1998), mestrado (2002) e doutorado (2006) em Ciências pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorado em Educação Ambiental pelo Programa de Interunidades da USP (2015), especialização em Psicologia Transpessoal (2017) e Pintura Espontânea (2019). Tem experiência na área de Química Ambiental, Educação Ambiental e Psicologia Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: representações sociais, percepção ambiental, percepção de risco, educação ambiental, educação socioemocional e questões étnico-raciais. Investiga também a relação entre as práticas religiosas Umbanda e Candomblé e a Educação Ambiental, a partir da interpretação da Lei Federal 11.645/08, a qual determina a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas. Possui curso de produção de documentários na Academia Internacional de Cinema. Coordena o projetos de ensino, pesquisa e extensão: EDUCAÇÃO AMBIENTAL TRANSPessoal. Atualmente é professora Associada IV da Universidade Federal de São Paulo, campus Diadema, do Departamento de Ciências Ambientais (Brasil) e coordenadora do programa Análise Ambiental Integrada.

CRISTINA ROSSI NAKAYAMA

crnakayama@unifesp.br

Possui graduação em Ciências Biológicas (1994) e mestrado em Ecologia e Recursos Naturais (1999) pela Universidade Federal de São Carlos. Doutora em Microbiologia pela Universidade de São Paulo (2005), fez pós-doutorado no Departamento de Microbiologia da USP, desenvolvendo pesquisa com a ecologia microbiana do ciclo do metano no ambiente marinho antártico. Exerceu ainda a função de gerente de projeto na América do Sul para o Censo de Vida Marinha Antártica (CAML), um projeto do Censo de Vida Marinha (CoML) que integra as atividades Ano Polar Internacional (API). Trabalhou como supervisora na empresa CC Technologies, prestadora de serviços de monitoramento ambiental para a Petrobras. Atualmente é professora associada 2 no Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e Farmacêuticas da Universidade Federal de São Paulo (Brasil). Como pesquisadora, tem experiência em Microbiologia Ambiental, atuando principalmente nas seguintes áreas: ecologia e biodiversidade microbianas; ciclo do metano; arqueias metanogênicas e bactérias metanotróficas; e biodegradação aeróbia e anaeróbia de compostos xenobióticos.



Resumo

As Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) estão associadas a saberes tradicionais que devem ser resgatados e, de maneira a favorecer a formação de um Sujeito Ecológico Decolonial. Nesse sentido, o estudo procurou responder: como a relação PANC, sociedade e meio ambiente pode favorecer a formação do Sujeito Ecológico Decolonial no espaço urbano? A estratégia metodológica adotada foi a realização de dois cursos (um presencial e outro virtual), com duração de quatro dias. O público alvo foi a comunidade do campus Diadema (Unifesp), mas com vagas também para o público externo. As PANC foram utilizadas como tema transversal para abordagem socioambiental e decolonial, a partir do trabalho teórico de Malcom Ferdinand.

Palavras-chave

PANC, Educação Ambiental, Meio Ambiente, Sujeito Ecológico Decolonial.

Abstract

Non-Conventional Food Plants are associated (PANC) with traditional knowledge that must be reclaimed in order to foster the formation of a Decolonial Ecological Subject. In this context, the study sought to answer the following question: how can the relationship between PANC, society, and the environment contribute to the formation of a Decolonial Ecological Subject in urban spaces? The methodological strategy adopted involved conducting two short courses (one in-person and one online), each lasting four days. The target audience was the community of the Diadema campus (Unifesp), with additional spots offered to the general public. PANC were used as a cross-cutting theme to address socio-environmental and decolonial issues, drawing on the theoretical framework of Malcom Ferdinand.

Keywords

PANC, Environmental Education, Environment, Decolonial Ecological Subject.

Como citar este artigo

Barros, Ana Beatriz da Silva Cunha de, Farias, Luciana Aparecida & Nakayama, Cristina Rossi (2026). PANC e Educação Ambiental: Inter-Relações Possíveis para Formação de um Sujeito Ecológico Decolonial. *Janus.net, e-journal of international relations* VOL. 17 Nº. 1, DT 2 – Dossiê Temático – Educação Ambiental, democracia e participação social no enfrentamento da crise civilizatória provocada pelas mudanças climáticas globais, Julho 2026, pp. 77-96. DOI <https://doi.org/10.26619/1647-7251.DT0526.5>

Artigo submetido em 5 de janeiro de 2026 e aceite para publicação em 10 de maio de 2026.





PANC E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: INTER-RELAÇÕES POSSÍVEIS PARA FORMAÇÃO DE UM SUJEITO ECOLÓGICO DECOLONIAL¹

ANA BEATRIZ DA SILVA CUNHA DE BARROS

LUCIANA APARECIDA FARIAS

CRISTINA ROSSI NAKAYAMA

Introdução

A quem não convém a existência das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC)? Para responder a essa questão, é necessário refletir sobre os interesses ligados ao agronegócio hegemônico, à indústria alimentícia ultraprocessada e ao modelo de desenvolvimento urbano e econômico que marginaliza os saberes tradicionais.

Por outro lado, as PANC, são de fácil cultivo e cura para muitas doenças (Ranieri, 2017), sendo também parte da construção cultural de um povo. Dessa forma, por mais que haja grande incentivo para o apagamento das subjetividades relacionadas a elas, as PANC resistem, uma vez que criaram raízes para além da terra e ainda vivem, mesmo que restritas à algumas regiões.

As PANC carregam um acrônimo, flexível e de fácil pronúncia, trazendo em si a grandeza de espécies pouco conhecidas pela população, sendo também um convite para o despertar de um maior número de indivíduos a conhecê-las, a fim de contemplar e resgatar os saberes de mais de uma categoria vegetal em seus uso e consumo. É imprescindível nos questionar o porquê de nossa alimentação - global - ser tão monótona e homogênea, sendo o Brasil um dos grandes campeões em fitodiversidade, com grande potencial para garantir comida no prato sem desperdício e veneno, mas que continua trabalhando com tantos agrotóxicos para movimentar sua economia (Kinupp; Lorenzi, 2021). Em todos lugares do mundo, de forma regional ou local é possível se deparar com plantas que possuem este perfil, por isso que para definir quando uma planta se torna PANC considera-se a distribuição geográfica, incluindo plantas nativas ou exóticas, bem

¹ Agradecimentos: À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro à pesquisa por meio da concessão de bolsa de estudos; e à Universidade Federal de São Paulo, por viabilizar a realização do mestrado em Análise Ambiental Integrada.



como aquelas que são pouco consumidas por grande parte da população. Além disso, outro fator importante para a definição são as partes que podem ser consumidas e isso fica a critério da região ou ocasião específicas, sendo elas: rizomas, bulbos, tubérculos, folhas, flores ou caules (Souza, 2020).

No Brasil, historicamente, estas plantas eram conhecidas localmente e estavam presentes na culinária dos povos originários do Brasil e da América como um todo e, também dos povos africanos que foram escravizados no país. Mas foram sumindo da mesa, do prato e do imaginário da população em geral (Belluzzo, 2008). Entretanto, algumas plantas de origem indígena e africana (antes consideradas PANC) se mantiveram e foram incorporadas nos pratos dos brasileiros, particularmente no Nordeste e no Sudeste do país, sendo elas: palmito, milho, inhame, banana e mandioca. Porém, as demais, que eram encontradas com mais facilidade tornaram-se escassas, como por exemplo: a taioba, a araruta, orapronóbis, Cambuci e pinhão (Belluzzo, 2008; Cascudo, 2004).

Dentro dessa perspectiva, indo além da comum caracterização das PANC e suas relações com o espaço, é necessário se compreender com mais profundidade essa questão, a fim de discutir e questionar princípios, fundamentos e formas de um habitar colonial conforme Ferdinand (2022) propõe, bem como isso se relaciona com as fraturas da modernidade (colonial e ambiental) que implicaram na perda da diversidade das plantas nativas - não só do Brasil, mas também em outros territórios nos quais o habitar colonial se consolidou. E que atualmente são "redescobertas" e identificadas como não convencionais mantendo apagamento daqueles que as conhecem desde sempre.

Nesse contexto, o estudo se justifica, pois, ainda são poucos os estudos que abordam de maneira explícita o racismo ambiental e epistemicídio, com embasamento teórico e uma Educação Ambiental decolonial, quando tratam dos saberes sobre PANC (Schittini; Rodrigues, 2023). A maioria dos não abordam diretamente a questão étnico-racial quando tratam PANC, trazendo diferentes enfoques, com ênfase em dimensões educativas, nutricionais, ambientais e culturais (Oliveira; Ludwig, 2021; Cherobini e col., 2022; Benedito e col., 2024; Paiva Junior; Oliveira, 2024; Rodrigues e col., 2024; . Dessa forma, embora contribuam para a valorização das PANC e para a promoção da uma educação ambiental crítica em diferentes contextos, ao não abordarem de forma explícita e aprofundada as questões étnico-raciais apresentam uma lacuna importante, aspecto fundamental para compreender os saberes tradicionais, o epistemicídio e as desigualdades no acesso à terra, ao alimento e ao conhecimento no Brasil.

Desse modo, o presente estudo procurou responder a seguinte questão de investigação: como a relação PANC, sociedade e meio ambiente pode favorecer a formação do Sujeito Ecológico Decolonial no espaço urbano? Pois, conforme Núñez e col. (2020) é necessário se expor a importância de fazer dos corpos territórios, retomar saberes ancestrais e memórias permitindo às pessoas reescreverem e imprimirem seu caminho na história, no aqui e no agora, por meio de redes de afeto e pertencimento que favoreçam a todas as formas de vida. Este caminho, que favorece a micropolítica, é trilhado em conjunto e com foco em ações ambientais, a partir de um estilo de ser e viver de pessoas que partilham valores e outros aspectos em prol da causa ambiental, mas também se



diferenciam em sua individualidade e subjetividade, sendo um exemplo o “sujeito ecológico”, preconizado por Carvalho (2012, p. 65), que possui múltiplas faces de ser:

Em sua versão grandiosa como um sujeito heroico, vanguarda de um movimento histórico, herdeiro de tradições políticas de esquerda, mas protagonista de um novo paradigma político-existencial; em sua versão o new age é visto como alternativo, integral e equilibrado, harmônico, planetário, holista; e também na sua versão ortodoxa, onde é suposto aderir a um conjunto de crenças básicas, uma espécie de cartilha – ou ortodoxia – epistemológica e política da crise ambiental e dos caminhos para enfrentá-la.

Por fim, é diante de tal riqueza, que no presente estudo, enxergou-se a possibilidade de adjetivar esse sujeito ecológico com o termo “decolonial”, partindo do entendimento que o indivíduo, detentor de antigos saberes tradicionais, faz parte de um grupo/perfil de pessoas que já tenha amadurecido em si, ou ainda está amadurecendo a compreensão da inter-relação que se estabelece entre a questão ecológica e a questão colonial, e precisa ser valorizado e/ou formado nas sociedades atuais. A escolha pelo adjetivo tem origem nas reflexões a luz de uma Ecologia Decolonial, proposta por Malcom Ferdinand (2022), na qual ele consegue apresentar o cenário em que a apropriação da terra, o desbravamento, o massacre de ameríndios e violências infligidas contra ameríndias, se tornam elementos do projeto de colonização que intitula como “Habitar Colonial”, o qual tem sustentado a estruturação de sociedades contemporâneas e, como bem nos lembra Krenak (2022) são parte de um processo de valorização das antigas “pólis”, que inspiram o ocidente a criar a cidade como oposto de floresta, nas quais os muros criados são capazes de evitar todas “ameaças externas” (bichos selvagens, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, beiradeiros,) em prol de uma lógica sanitarista, - as quais nos dias de hoje não são mais suportadas pela Terra -, que precisa urgente e constantemente ser transmutada, para lógicas plurais e reais em prol da vida dos seres, corpos e vivências ancestrais. Nesse contexto, as PANC – por sua natureza diversa, local, resistente, invisibilizada e ancestral – se colocam como um contraponto direto a esse modo insustentável de habitar o mundo.

Caminhos metodológicos para a formação e vivência do Sujeito Ecológico Decolonial

O presente estudo, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Análise Ambiental Integrada – cujo objetivo principal é proporcionar o exercício da interdisciplinaridade junto às discussões que envolvam a complexidade – teve caráter qualitativo e como base a metodologia de Educação Ambiental “Pesquisa diagnóstico-avaliativa” levantada por Sato (2001), que tem caráter avaliativo no sentido de superar limites, não só por meio de apontamentos, mas também a partir dos processos a serem desenvolvidos e que indicam novas orientações para determinada temática. Esta é uma das abordagens que permite análises dos sentidos e trajetórias envolvidas na formação teórica e prática do



sujeito ecológico, como preconiza Carvalho (2001), e também decolonial, como preconiza Ferdinand (2022).

O estudo passou pela aprovação do Comitê de Ética, tendo como número CAAE – 71588723.2.0000.5505 / Número do Parecer: 6.295.235, e todos os participantes antes de responderem sinalizaram de maneira positiva ao preenchimento do questionário.

Do público alvo

Camargos e col. (2022) apontam em seu estudo, que muitas pessoas, particularmente os mais jovens, de uma forma geral, conhecem e não tiveram acesso aos conhecimentos sobre PANC e com isso tendem a apresentar desinteresse na área. Sendo assim, a pesquisa foi desenvolvida para comunidade da UNIFESP, campus Diadema, mas também foram ofertadas vagas para a comunidade externa. Sendo que os participantes foram convidados a se habilitar voluntariamente a participar do curso, que foi divulgado no site da Unifesp, nas redes sociais e cartazes distribuídos pelo campus.

Das oficinas e coleta de dados

O curso foi ofertado em três versões: piloto, presencial e on-line. A versão piloto contou com 30 vagas, enquanto as demais disponibilizaram 50 vagas cada, todas destinadas a participantes com idade mínima de 18 anos e registradas como cursos de extensão no sistema SIEX da universidade.

Para cada modalidade — presencial ou on-line — foram consideradas as especificidades de linguagem e metodologia adequadas, levando em conta as possibilidades e limitações de cada formato em termos de tempo, recursos, mediação e estratégias de sensibilização. Também foi considerada a adoção do formato híbrido, conforme discutido por Gaspi e Júnior (2020).

A versão piloto foi realizada entre os dias 4 e 7 de junho de 2024, das 19h30 às 21h30, no formato presencial. Essa edição foi prejudicada pela greve nas universidades federais: embora tenham sido registradas 19 inscrições, apenas dois participantes estiveram presentes.

A segunda edição, também presencial, ocorreu entre os dias 28 e 31 de janeiro de 2025, no mesmo horário. A escolha da data considerou o retorno dos estudantes do recesso de fim de ano para a conclusão do semestre, cujo calendário foi impactado pela greve. Houve 28 inscrições, mas apenas quatro pessoas participaram efetivamente.

Diante desse cenário, optou-se por oferecer uma terceira edição no formato on-line (com um encontro presencial ao final), com o objetivo de avaliar se esse modelo aumentaria a participação. Essa edição híbrida ocorreu entre os dias 19 e 22 de maio de 2025, sendo o último encontro presencial, destinado à troca de mudas e à degustação. O curso teve 25 inscrições, com média de três a quatro participantes nos encontros virtuais e apenas uma presença no encontro presencial.



Ao todo, as três edições somaram 14 participantes efetivos, número que também corresponde à quantidade de questionários respondidos. Entretanto, uma das respostas precisou ser descartada devido ao preenchimento incorreto do questionário.

O questionário aplicado foi adaptado de Camargos e col. (2022), de maneira a avaliar os conhecimentos prévios dos participantes sobre o tema, totalizando 29 questões. Esse instrumento foi disponibilizado no primeiro dia do curso por meio de um QR Code, que direcionava para um formulário no Google Forms, composto por perguntas objetivas e dissertativas, organizadas em três blocos (Apêndice IV): caracterização dos participantes, hábitos de consumo alimentar e conhecimentos sobre PANC.

O primeiro bloco coletava informações de identificação, como cidade, estado, idade, identidade de gênero, área de formação e motivação para participar do curso. Cada participante registrava um código orientado pela pesquisadora, garantindo o anonimato. Essa etapa visava compreender o sujeito que chegava ao curso trazendo consigo sua bagagem pessoal, construída socialmente.

O segundo bloco foi composto por perguntas voltadas à compreensão dos hábitos de consumo alimentar e da relação com as plantas, considerando seu uso como alimento ou em práticas cotidianas (como plantas ornamentais, frutíferas, ervas aromáticas e PANC). As questões buscavam identificar a frequência de consumo, a valorização, a origem dos alimentos e os motivos associados às escolhas alimentares.

Por fim, o terceiro bloco concentrou-se no nível de conhecimento prévio sobre PANC. Os participantes foram convidados a descrever, por meio de palavras livres, o que lhes vinha à mente ao ouvir o acrônimo "PANC", além de responder se sabiam consumi-las, se todas são comestíveis e se cultivavam essas plantas em casa.

Da proposta: curso PANC, Pessoas e Perspectivas Plurais

O curso "PANC, Pessoas e Perspectivas Plurais" foi desenvolvido com base em um plano de ensino elaborado pelas autoras, tendo como objetivo principal propor uma reflexão crítica e sensível sobre a formação do sujeito ecológico e o consumo de PANC, a partir de uma perspectiva decolonial, reafirmando a importância dos vínculos entre o meio ambiente e as dimensões humanas na construção social contemporânea.

Cada encontro do curso foi estruturado a partir de um plano de aula, considerando-se a carga horária de duas horas por dia. Foram detalhadas as atividades, os objetivos e a descrição dos conteúdos a serem abordados em cada bloco do encontro, sempre em diálogo com a pergunta de investigação da pesquisa. Sendo que foram organizados com base em uma trajetória temática e reflexiva, estruturada da seguinte forma:

- 1º dia – Por que formar um sujeito ecológico decolonial?
- 2º dia – Terra, mãe, casa, colônia e quintal
- 3º dia – Daninhas que alimentam o SER
- 4º dia – Conhecer, plantar e (a)colher



O primeiro encontro, intitulado “Por que formar o sujeito ecológico decolonial?”, marcou o início da jornada reflexiva proposta pelo curso. O objetivo foi promover um olhar crítico sobre o sujeito em questão, suas motivações e inquietações diante da crise socioambiental contemporânea. Para isso, iniciou-se a aula com uma atividade de sensibilização: a leitura coletiva do poema “Eu, Etiqueta”, de Carlos Drummond de Andrade. A proposta era estimular a percepção do consumo como elemento estruturante do sistema capitalista, o qual dita os rumos da sociedade da qual fazemos parte.

Em seguida, foi introduzido o conceito de sujeito ecológico, conforme proposto por Carvalho (2001), possibilitando a fundamentação teórica para uma crítica ao modelo de consumo dominante e seus impactos na crescente crise ecológica global.

Na segunda parte do encontro, o adjetivo “decolonial” foi agregado ao conceito de sujeito ecológico, com o intuito de contextualizar a razão de ser do curso: ampliar a compreensão crítica desse sujeito diante dos processos históricos de colonização e suas consequências. Para tanto, foi apresentada a imagem da primeira missa realizada em 26 de abril de 1500, marco simbólico da colonização europeia no Brasil. A proposta foi tensionar os discursos hegemônicos sobre a origem do país, contrapondo o que é dito com o que foi vivido por aqueles que habitavam esta terra antes da invasão colonial.

Essa reflexão foi sustentada pela fala de Ailton Krenak, que afirma:

O Brasil não existia, o Brasil é uma invenção, e a invenção do Brasil nasce exatamente da invasão — inicialmente feita pelos portugueses, depois continuada pelos holandeses e, depois, pelos franceses — num moto contínuo, onde as invasões nunca tiveram fim. Nós estamos sendo invadidos agora (Bolognesi, 2018, episódio 1).

As implicações desse processo colonial seguem sendo determinantes na constituição das relações sociais e raciais no Brasil. Como aponta Carneiro (2023), trata-se de um dispositivo de racialidade que, desde o período escravista, garantiu às pessoas brancas a liberdade de Ser, enquanto negava esse direito às pessoas negras, relegadas à condição de força de trabalho compulsória. Mesmo após a abolição, esse padrão foi mantido: a população negra foi excluída dos processos de transição social e econômica, sendo novamente empurrada para as margens, sem acesso a emprego, moradia ou dignidade. Em muitos casos, essas pessoas foram reduzidas a objetos de estudo, servindo como base de dados para pesquisas conduzidas por cientistas brancos, sem qualquer protagonismo.

Nesse contexto, o curso propunha o reconhecimento e a valorização de um sujeito que não nasce agora, mas que há séculos resiste e sobrevive às mazelas do “Habitar Colonial”, como conceituado por Ferdinand (2022). Este sujeito já existe, já está presente, mas teve e continua tendo o direito de Ser sistematicamente negado, desde os primeiros navios negreiros que aportaram na África e nas Américas, antes mesmo da constituição do Brasil como nação. Por fim, aos participantes, após essa introdução ao



conceito de Habitar Colonial, foram apresentados os múltiplos rostos, cores e valores do Sujeito Ecológico Decolonial.

O segundo encontro, “TERRA: mãe, casa e quintal”, demarcou o momento de apresentação e reconhecimento do conceito de “Habitar colonial” trazido por Ferdinand (2022) e dos impactos dessa experiência ocidental que provocou o apagamento de saberes tradicionais latinoamericanos e africanos, com intuito de refletir sobre a importância de sensibilizar a população à pluralidade social e à diversidade vegetal na formação do sujeito ecológico decolonial. Os participantes foram convidados a sentir e reconhecer esse Outro, outrora negado. Para contextualizar essa questão, foi apresentado uma fala de Jerá Guarani (2024, p. 1), que nos convida a pensar sobre o Ser e sua relação com o ambiente, falando de sua própria cultura, a Guarani: “Nasce também a necessidade de falar, de divulgar a cultura Guarani, as culturas indígenas e o modo de vida, [dizer] que é absolutamente possível, normal, saudável e necessário viver junto dentro da natureza”.

No terceiro encontro, as PANC foram apresentadas como parte integrante da Teia da Vida, estabelecendo conexões entre a abordagem naturalista da Educação Ambiental (Sauvé, 2005) e uma perspectiva crítica de valorização dos saberes populares. Essa articulação foi enriquecida pelos conceitos de Refazenda, obra de Gilberto Gil vinculada ao movimento da contracultura (Souto, 2021), e pela visão sistêmica e relacional da complexidade (Capra; Luisi, 2014).

A atividade proposta envolveu a entrega de cartas a cada participante, representando um ser vivo. Cada carta trazia informações sobre localização geográfica, hábitos e características gerais. Em seguida, cada pessoa se apresentava ao grupo, interpretando seu ser de forma criativa e sensível, sem revelar diretamente o nome ou a espécie representada.

A cada apresentação, um fio de barbante era passado entre os participantes, tecendo, ao final, uma representação simbólica e visual da Teia da Vida. Essa dinâmica evidenciou a interdependência entre todos os seres e reforçou a ideia de que fazemos parte de um movimento coletivo de resgate de pessoas, sementes e saberes.

O exercício propiciou um aprofundamento na temática das PANC, integrando os conteúdos discutidos anteriormente e promovendo uma análise interdisciplinar e crítica sobre os modos de habitar, cultivar e conhecer o mundo.

Na versão on-line, essa dinâmica foi realizada sem o barbante, e a relação estabelecida foi dialogada.

O último encontro (tanto na versão presencial, quanto na on-line), foi marcado por uma sensibilização centrada nas PANC como elementos vivos que compõem a mesa, o cardápio cotidiano e a resistência de pessoas e territórios historicamente silenciados e apagados. A atividade trouxe à tona discussões sobre cultura, território, identificação de plantas e a resiliência que permeia os saberes populares associados à alimentação e ao cultivo.



A proposta teve início com um momento de degustação e troca de mudas de Taioba, Capuchinha, Chaya e Ora-Pro-Nobis, criando um espaço de troca afetiva e material entre os participantes. Em seguida, foi realizada uma dinâmica sensorial de despertar dos sentidos — tato, olfato, paladar e escuta — por meio da manipulação e observação das plantas, convidando cada participante a narrar memórias, sentimentos e saberes evocados pelo contato com aquelas espécies.

Essa vivência conduziu a uma abertura para perspectivas plurais sobre o mundo natural e social, reforçando a formação de um sujeito ecológico decolonial — alguém que reconhece as diferentes formas de vida como parte de sua identidade, história e modos de habitar o mundo.

Análise dos resultados

A análise ambiental integrada foi conduzida a partir de uma avaliação quali-quantitativa, conforme a abordagem proposta por Camargos et al. (2022), aliada à avaliação da percepção ambiental dos participantes. Esta última foi orientada pela lógica de formação de um “sujeito ecológico decolonial”, conceito elaborado a partir de uma síntese teórica fundamentada nos trabalhos de Sato (2001), Carvalho (2001) e Ferdinand (2022).

A proposta também incorporou uma análise e síntese de caráter interdisciplinar, nos termos sugeridos por Slavicek (2012), que defende a superação da mera justaposição de saberes. No presente estudo, essa integração envolveu os campos da Botânica (com foco nas PANC), da Filosofia (por meio das epistemologias plurais na concepção de sujeito), das Ciências Ambientais (em especial a Ecologia e a Ecologia Decolonial) e da Educação Ambiental (com ênfase na formação do sujeito ecológico decolonial).

Essa perspectiva permitiu ultrapassar os limites das abordagens tradicionais de análise e resolução de problemas, promovendo uma compreensão crítica das questões socioambientais como construções históricas atravessadas pelo colonialismo e pelas consequências da diáspora africana — elementos que contribuíram para a desvalorização dos saberes tradicionais e das múltiplas formas de relação com a natureza.

Resultados e Discussão

O curso “PANC, Pessoas e Perspectivas Plurais”, em suas três versões, apresentou resultados que ora se aproximaram, ora se distanciaram entre si, sendo que a análise foi feita a partir dos diálogos estabelecidos e das respostas dadas pelos participantes. Na primeira parte, foram descritos o número de inscritos e de participantes, enquanto, na segunda parte, a partir das respostas ao questionário, analisou-se apenas o conteúdo dos participantes do curso.

De uma maneira geral, ainda que o número de concluintes tenha sido baixo (14 participantes), o curso atraiu perfis variados, o que reforça seu caráter interdisciplinar, plural e de diálogo entre saberes. Áreas como Educação, Ciências Ambientais/Biológicas



e Saúde foram mais recorrentes (inclusive entre os concluintes), revelando aderência natural ao tema.

Por outro lado, o interesse de indivíduos de áreas como Engenharia, Gestão e Computação foi um indicativo da relevância transversal do debate sobre PANC, inclusive em campos tradicionalmente menos associados ao tema.

Tal resultado se aproxima do resultado obtido no estudo conduzido por Winch (2023), nos quais formatos presenciais, on-line e híbrido não tiveram diferenças significativas no percentual de participação. Os resultados obtidos no presente estudo também não parecem estar ligados diretamente ao formato, mas sim ao contexto de instabilidade institucional (greve) e, possivelmente, a uma fragilidade no vínculo dos estudantes com atividades extracurriculares de uma maneira geral.

Em estudos futuros seria importante investigar outros fatores que impactam a frequência em cursos de extensão em tempos de instabilidade e estabilidade institucional. Além de avaliar as expectativas e motivações dos inscritos, barreiras logísticas (horário, transporte, local), engajamento com a temática do curso e estratégias de comunicação e divulgação.

Ao considerar as três edições do curso (Piloto, Presencial e Online), é possível traçar um panorama do perfil geral dos participantes (Tabela 1). O formato on-line atraiu participantes de mais cidades e regiões periféricas, indicando maior capilaridade territorial, bem como também teve a predominância clara de estudantes da UNIFESP, sugerindo maior adesão institucional ao curso remoto, talvez por acesso mais direto à divulgação digital. Mesmo com número semelhante de inscrições nas três edições, a edição on-line teve maior presença média por encontro, ainda que baixa, indicando leve vantagem do modelo remoto em termos de engajamento real.

Tabela 1. Perfil dos participantes nas edições presenciais vs. edição online (Bloco 1 do questionário).

	Característica Presenciais (Piloto + Jan/2025)	On-line (Maio/2025)
Participantes	6 (2+4)	8 (com variação média 3-4 participantes nos encontros online)
Cidades	3 (Diadema, Cotia, São Paulo)	4 (SP, São Caetano, SBC, Itapeverica)
Faixa Etária	50% ≥25 anos	62% ≥ 20 anos
Sexo	Masculino (66%)	Feminino (62,%)
Vínculo com a Unifesp	50% estudantes / 50% externos	87,1% estudantes da UNIFESP

Fonte: autoria própria.



Em relação às motivações para a participação no curso, as respostas revelaram uma diversidade de motivações heterogêneas, mas que se articularam em torno de cinco grandes núcleos afetivo-intelectuais: natureza, aprendizado, pesquisa, formação docente e alimentação transformadora. Em todas elas, o tema das PANCs operou como ponto de convergência entre ciência, afeto e prática social (Tabela 2).

Tabela 2. Categorias de motivação para participação no curso sobre PANCs.

Categoria	Descrição	Exemplos
1) Interesse pelo meio ambiente e pela natureza.	Interesse espontâneo ou afetivo por temas ligados à natureza, plantas e meio ambiente.	“Interesse pelo meio ambiente”. “Me recomendaram, e adoro plantinhas e a natureza”. “Sou amante de plantas, biólogo e me interessei pelo tema”.
2) Desejo de aprender / ampliar conhecimento.	Curiosidade ou intenção de aprender mais sobre PANCs e temas ambientais.	“Aprender um pouco mais sobre o assunto”. “Adquirir informações sobre as mudanças relacionadas às questões ambientais”. “Curiosidade”. “Aprender sobre as PANCs a partir de uma perspectiva mais humana”.
3) Interesse acadêmico, científico ou profissional.	Relacionou o curso a pesquisas, projetos comunitários, políticas públicas ou áreas de estudo específicas.	“Minha motivação para participar desta oficina é aprofundar meu conhecimento sobre PANC como alternativa sustentável de alimentação [...], ampliando minha visão crítica e prática sobre justiça ambiental e diversidade”.
4) Formação docente / educação ambiental	Ligação com formação em licenciatura ou aplicação do tema em práticas educativas.	“Achei muito interessante esse tipo de planta [...] Faço Licenciatura em Ciências e o curso tem tudo a ver com educação e com formas diferentes de aprender sobre a natureza, de um jeito mais humanizado, o que me parece a ideia da oficina”.
5) Encantamento com as PANCs e seu potencial transformador.	Despertar por descobrir as PANCs, seu valor alimentar e suas possibilidades de transformação de hábitos.	“Adoro plantas e fiquei contente sabendo deste curso sobre PANCs porque é um tema pouco falado [...]”; “Já tive contato com PANCs ao realizar um estágio e me apaixonei pela botânica

Fonte: autoria própria.



Por outro lado, a baixa adesão às três versões do curso, suscitou uma reflexão do estudo para a presença das PANC no meio acadêmico. já que o estímulo para a pesquisa com foco na biodiversidade e recursos genético de tais plantas é recente e se desenvolveram a partir da década de 1990 (KINUPP, 2007). Nesse sentido, o tema ainda se constitui uma linha recente e restrita, o que pode justificar a baixa familiaridade do público-alvo com essa questão, ainda que desperte alguma curiosidade. A produção científica e a institucionalização das PANC estão mais concentradas em núcleos específicos e ainda em processo de expansão, o que limita a demanda espontânea (BARROS e col., 2016; DURIGON, 2024).

Outro fator que pode ter influenciado na baixa adesão ao curso diz respeito às questões geracionais e culturais. Atualmente, observa-se uma ruptura na transmissão de saberes intergeracionais, especialmente em relação ao uso e preparo das PANC, o que contribui para um certo distanciamento do tema, tanto por estudantes universitários quanto por parte da comunidade em geral. Mariano et al. (2024) apontam que os participantes mais velhos, maioria em seu estudo, demonstravam maior afinidade com plantas medicinais e sabiam como prepará-las, sendo essa construção fortemente influenciada pela transmissão oral e cotidiana no ambiente familiar. Esse cenário se articula com as discussões de Camargos (2022), que destaca a relação afetiva e prática de adultos e idosos (entre 32 e 88 anos) com quintais urbanos vivos, espaços que preservam, de forma física e simbólica, os saberes trazidos da roça. No entanto, esse fluxo de conhecimentos tem sido interrompido pelo avanço de modelos alimentares industrializados, pela diminuição dos quintais e pela descaracterização da vida rural, o que resulta em menor interesse das gerações mais jovens, mesmo em contextos acadêmicos ligados às ciências ambientais.

O segundo bloco de respostas, voltado ao consumo e à relação cotidiana com as plantas de uma maneira geral, teve início com a pergunta sobre a importância de incluir vegetais na dieta. Em todas as três versões do curso, sem exceção, os 13 participantes assinalaram a opção “Importante”, entre as alternativas disponíveis (“Pouco Importante” e “Não é Importante”). Essa percepção foi corroborada pelas respostas à questão seguinte, que investigava a frequência do consumo de vegetais: com exceção de apenas uma pessoa (na versão on-line), todos os participantes afirmaram incluir vegetais em sua alimentação, seja de forma diária ou semanal.

Na questão “Onde você costuma adquirir seu próprio alimento?”, observou-se uma variedade de respostas entre as opções apresentadas: Grandes redes de supermercado, mercados locais, feiras, aplicativos, restaurantes, grupos de consumo e diretamente do produtor. Tanto no piloto quanto nas demais versões do curso, os locais mais citados foram as grandes redes de supermercado e as feiras — sendo que esta última não foi mencionada na versão presencial. Entre as formas menos frequentes de aquisição, destacaram-se os grupos de consumo e a compra diretamente do produtor. Já os aplicativos e os restaurantes apresentaram uma oscilação nos resultados, sendo mais ou menos citados conforme a versão do curso.

Em relação ao preparo dos alimentos, ficou evidente que a maioria dos participantes cozinhava com frequência, seja diariamente ou de três a quatro vezes por semana. Esse



dado revelou uma importante oportunidade de sensibilização para o tema das PANC, uma vez que o hábito de cozinhar favorece a abertura ao experimento com novos sabores, cores e formas dessas plantas alimentícias.

O perfil dos participantes interessados no curso demonstrou afinidade prévia com o tema das PANC, buscando ampliar seus conhecimentos sob uma nova perspectiva. Além disso, tratavam-se de pessoas que consomiam regularmente vegetais e preparavam suas próprias refeições, indicando, ainda que de forma restrita, um grupo que mantinha uma relação cotidiana com as plantas alimentícias, mesmo quando adquiridas em grandes redes de supermercado, mercados locais, feiras ou aplicativos. Esse perfil reflete o sujeito urbano contemporâneo, cujas práticas alimentares são moldadas pela urbanização, o que frequentemente os afasta de uma cultura alimentar tradicional (POLESI et al., 2017). Um indicativo disso é o baixo número de jovens que adquirem alimentos diretamente de pequenos produtores ou por meio de grupos de consumo solidário, que fazem a ponte entre o campo e a cidade. Como destacam Polesi et al. (2017), são os adultos mais velhos e idosos os que mais valorizam as hortaliças não convencionais e os hábitos alimentares enraizados na cultura popular.

Ainda no Bloco 2 do questionário, a pergunta sobre o conhecimento do conceito de "Soberania Alimentar" foi incluída com o objetivo de compreender o nível de engajamento e apropriação crítica dos participantes em relação à temática. As respostas revelaram uma construção gradativa ao longo das três versões do curso. De maneira geral, observa-se que os participantes do piloto apresentaram uma compreensão mais básica e centrada no acesso aos alimentos, com respostas como: "É a possibilidade de se alimentar de forma saudável e nutritiva, tendo acesso a uma grande diversidade de alimentos". Já os participantes da versão presencial demonstraram uma compreensão intermediária, que avançava para aspectos de autonomia alimentar e liberdade de escolha, como: "Ter controle sobre o que planta pra quem vende, tendo em mente as necessidades da população ao decorrer de suas culturas".

Por fim, na versão on-line, as respostas foram mais amplas e politizadas, demonstrando uma visão mais articulada com os debates contemporâneos sobre direito à alimentação, justiça social e valorização da agricultura familiar. Exemplo disso é a resposta: "Envolve o direito à terra, sementes tradicionais e políticas que valorizem agricultores familiares e comunidades, garantindo alimentação saudável como um direito, não como mercadoria".

A partir da análise qualitativa das respostas, foi possível categorizar quatro eixos principais de compreensão sobre soberania alimentar entre o grupo de participantes das três edições: 1) acesso e diversidade de alimentos; 2) autonomia e poder de escolha; 3) produção local, justiça social e relação com o produtor; 4) desconhecimento ou indefinição.

Essas categorias não apenas refletem níveis distintos de apropriação do conceito, como também revelaram diferentes graus de envolvimento com os princípios que sustentam a soberania alimentar, especialmente entre os que demonstram maior familiaridade com temas como democratização do alimento, agroecologia e práticas culturais de cultivo e consumo. Tais diferenças reforçam a necessidade de abordagens formativas adaptadas



a cada público, que ampliem a compreensão do tema e promovam o diálogo entre saberes acadêmicos, populares e tradicionais. Haja vista que a soberania alimentar defende o direito dos povos a definirem seus próprios sistemas alimentares com base em suas culturas, saberes e práticas agrícolas locais. Valorizar as PANC é, portanto, uma forma de resgatar essa autonomia cultural e alimentar, fortalecendo os vínculos com o território e com a biodiversidade local.

As demais questões que encerravam o Bloco2 abordavam a relação direta dos participantes com plantas em casa, e os dados revelaram que, na maioria das versões, os participantes afirmaram tê-las em casa. Entre os que não possuíam plantas (25% na versão presencial), todos indicaram interesse em tê-las futuramente, o que demonstrou uma predisposição positiva à conexão com o cultivo doméstico.

No entanto, ao serem questionados sobre as dificuldades no cuidado com as plantas, surgiram relatos recorrentes de esquecimento na rega, falta de tempo, dúvidas sobre a frequência e a quantidade de água, além de incertezas quanto à luminosidade ideal e à rotina de cuidados. Exemplos disso são respostas como: “Esqueço de regar: “Não tenho o hábito de cuidar delas diariamente”, ou ainda “Às vezes não tenho muito tempo de buscar insumos para manejar o solo”. Mesmo entre aqueles que tinham experiência, como os participantes que citaram o cultivo de jiboia, suculentas, laranjeira, manjerição e orquídeas, essas dificuldades persistiram, indicando que o cuidado com plantas, embora desejado, ainda é permeado por obstáculos práticos e falta de conhecimento técnico básico.

Por fim, uma questão de transição para o Bloco 3, que tratava exclusivamente das PANC, indagava se os participantes consideravam arriscado consumir alimentos que não são comumente ingeridos pela maioria das pessoas. Em todas as versões, a maioria respondeu “sim”: 75% nas versões presencial e on-line. Isso demonstra que, embora existisse abertura ao consumo de novos alimentos, ainda havia receios em relação ao desconhecido, o que reforça a necessidade de educação alimentar, experimentação segura e construção de confiança no uso das PANC.

O Bloco 3, iniciava com a pergunta: “Você conhece as PANC?”. Na versão piloto, todos os participantes responderam que “sim”, demonstrando familiaridade com o termo. Já na versão presencial, apenas 50% conheciam, e na on-line, 62 % responderam afirmativamente. Isso indica que, apesar de algum grau de difusão do tema, ainda há lacunas no reconhecimento das PANC, especialmente entre os que não tiveram contato prévio com práticas ou projetos educativos sobre o assunto.

As questões seguintes abordavam dúvidas recorrentes sobre o consumo e cultivo dessas plantas. Quando questionados se todas as PANC são orgânicas, nenhuma das versões apresentou participantes com certeza sobre essa informação; as respostas oscilaram entre “Não” e “Não sei”, o que revela uma confusão entre os conceitos de PANC e alimentação orgânica.

Na questão sobre a comestibilidade de todas as partes das plantas (“Todas as partes da PANC são comestíveis?”), houve diversidade nas respostas: na versão piloto, as opiniões se dividiram igualmente entre “Sim” e “Não”; nas versões presencial e on-line,



prevaleceram as respostas “Não” e “Não sei”, evidenciando uma incerteza sobre as partes comestíveis e uma possível insegurança alimentar associada ao desconhecimento.

As perguntas seguintes trataram de aspectos práticos: conhecimento sobre cultivo e colheita de PANC. Nelas, a maioria dos participantes das três versões respondeu “Não” ou “Não sei”. Apenas em parte da amostra presencial e on-line alguns participantes indicaram que as PANC podem ser de fácil cultivo. Notavelmente, somente na versão presencial alguém afirmou que elas poderiam ser colhidas em qualquer lugar, o que pode refletir maior experiência prática ou percepção de territorialidade em relação às PANC.

Por fim, ao serem questionados se conheciam alguma preparação com PANC, 50% dos participantes on-line responderam “Sim”, enquanto os demais optaram por “Não” ou “Não sei”, tendência semelhante às versões presencial e piloto, em que predominou o desconhecimento sobre receitas ou formas de uso culinário.

Apesar de uma parcela significativa dos participantes demonstrar algum conhecimento sobre PANC, os dados apontam que não havia, entre os participantes, o hábito de consumir, plantar ou cuidar dessas espécies. De acordo com o estudo de Camargos (2022), uma das principais dificuldades apontadas pelas pessoas para consumir PANC é a dificuldade de acesso — elas não são encontradas facilmente em supermercados, mercados e feiras livres. Isso sugere que o interesse pelas PANC está mais associado a uma lógica de consumo convencional do que a uma valorização cultural ou agroecológica. Tal constatação evidencia a necessidade de promover discussões educativas que transcendam a perspectiva utilitarista, resgatando o valor simbólico, alimentar e ecológico das PANC no contexto urbano e universitário.

Considerações Finais

O presente estudo apresentou inter-relações e possibilidades de ampliação da abordagem de uma Ecologia Decolonial em práticas de Educação Ambiental, cujo principal objetivo é sensibilizar sobre esse universo das PANC que muitos ainda desconhecem — justamente por viverem em um contexto global de um habitar colonial, que nos impede de perceber o quanto somos invadidos e influenciados, tanto pelo projeto colonial de desumanização/zoomorfização quanto pela destruição da paisagem e do ambiente-terra. As PANC não representam apenas uma relação material ou alimentar, mas também constituem dimensões da identidade de um povo ou grupo em relação ao sagrado ou ao divino que cultuam para poder viver.

Desse modo, o curso “PANC, Pessoas e Perspectivas Plurais”, foi elaborado para favorecer o surgimento e a retomada de um Sujeito Ecológico Decolonial — em formação contínua — buscando responder à pergunta: “Quais são as inter-relações entre a formação e vivência do Sujeito Ecológico Decolonial e as PANC em ambiente urbano, considerando a Região Metropolitana de São Paulo? E como estas podem ser relevantes para o campo da Educação Ambiental?”

Acredita-se que as três edições do curso foram positivas. Deram-se passos significativos nesse caminho, que exige coragem para manifestar e ampliar o debate que antecede a



formação do Sujeito Ecológico Decolonial, enfatizando o afeto, a beleza e a riqueza das relações que as "daninhas", as PANC — que são não convencionais — despertam em si e no outro. Isso vai além das dores, atrocidades e mazelas que constituem o habitar colonial.

A participação ativa dos indivíduos, por meio de falas e pensamentos compartilhados, foi essencial para a reflexão coletiva que o tema decolonial requer. Nas três versões do curso, observou-se que, mesmo entre aqueles que já haviam ouvido falar sobre PANC, poucos sabiam identificá-las, tê-las em casa, preparar pratos ou mesmo reconhecer quais partes são comestíveis. Agora, percebe-se um avanço nesse sentido, o que é bastante significativo.

O ponto alto do processo foi identificar, ainda que minimamente, um despertar em relação às questões decoloniais apresentadas no prato, no plantar e no colher. Houve espaço para dúvidas, queixas e críticas, o que estimulou os participantes a se perceberem e entenderem como a colonização ainda molda nosso modo de agir, pensar e nos constituir — como humanos e não-humanos, corpos e vidas privilegiadas ou não.

E, assim como nos estimula Hooks (2019) sobre a importância de se ter coragem de falar aquilo que se pensa e posicionar diante do medo, pois isto é parte de uma luta libertadora, como a autora nos mostra pelas palavras de Audre Lorde em seu poema "A littany for survival" :

*e quando falamos temos medo
de nossas palavras não serem ouvidas
nem bem vindas
mas quando estamos em silêncio
ainda assim temos medo
é melhor falar então
lembrando
sobreviver nunca foi nosso destino (HOOKS, 2019, pág.54).*

Referências

Barros, Ingrid Bergman Inchaust.; Souza, Lucéia Fatima; Braga, Vanessa Bernardi; Pereira, Viviane Camejo (2016). Do mato à mesa: o estudo e o uso das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCS). In: Cruz, F. T.; Matte, A.; Schneider, S. (org). *Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Belluzzo, Rosa (2008). *São Paulo: memória e sabor*. São Paulo: Editora UNESP.

Benedito, Helena de Oliveira; Martinez, Catarina Siqueira Mosquera; Assis, José Geraldo de Aquino (2024). *Conhecimento de estudantes do ensino médio sobre plantas*



alimentícias não convencionais e uso do jogo "batalha das pancs" como ferramenta didática. Revbea, v. 19, n. 8, p. 472-487.

Bolognesi, Luiz (2018). Guerras coloniais. In: *Guerras do Brasil, episódio 1*. DOC. Buriti Filmes. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1C7eQBI6_pk. [Acesso em: 07 jul. 2025].

Camargos, Thalita Cristina Chagas; Rodrigues, Francielly Cristina; Almeida, Martha Elisa Ferreira (2022). Knowledge and use Unconventional Food Plants (UFP) by university students. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 12, p. e359111233936.

Capra, Fritjof.; Luisi, Pier (2014). *A visão sistêmica da vida: uma visão unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas*. São Paulo: Editora Cultrix.

Carvalho, Isabel Cristina Moura (2001). *A invenção do Sujeito Ecológico: sentidos e trajetórias em Educação Ambiental*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Carvalho, Isabel Cristina Moura (2012). *A invenção do Sujeito Ecológico: sentidos e trajetórias em Educação Ambiental*. São Paulo: Cortez.

Cascudo, Luís da Câmara (2004). *História da alimentação no Brasil*. São Paulo: Global.

Cherobini, Luciane; Marques, Francisco Luiz; Biondo, Elaine (2022). Cultivo e consumo de plantas alimentícias não convencionais incentivam práticas de educação ambiental em escola de igreja (RS). *Revbea*, v. 17, n. 2, p. 199-219.

Durigon, J. (2024). PANCs e a agroecologia no território zona Sul: um breve histórico. In: Durigon, J.; Guarino, E. S. G.; Heiden, G. (org) *Plantas Alimentícias Não Convencionais no Território Zona Sul: Identificação de espécies e usos de estruturas vegetativas*. Brasília: Embrapa.

Ferdinand, Malcom (2022). Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora.

Gaspi, Suelen; Júnior, Carlos Alberto de Oliveira Magalhães (2020). Ensino híbrido e educação ambiental: uma intersecção possível. *Revista Contexto & Educação*, Juí, v. 35, n. 110, p. 142.

Guarani, Jerá (2024). Tem Guarani muito seguro de que tem que viver todos os dias como se fosse o último, com um agradecimento. *Gama Revista*, São Paulo: 2024. Entrevista concedida a Luara Calvi Anic. Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/podcast/podcast-da-semana/jera-guarani-luta-indigena-brasil-sao-paulo-cultura/>. [Acesso em: 08 jul. 2025].

Hooks, Bell (2019). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes.

Kinupp, Valdely (2007). *Plantas alimentícias não-convencionais da região metropolitana de Porto Alegre, RS*. Tese (Doutorado em Fitotecnia) – Programa de Pós-Graduação em



Fitotecnia, Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Kinupp, Valdely; Lorenzi, Harri (2021). *Plantas Alimentícias não convencionais (PANC) no Brasil: guia de identificação*. Nova Odessa: Jardim Botânico Plantarum.

Krenak, Ailton (2022). *O futuro é ancestral*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras.

Núñez, Geni; Barbosa, Andrieli; Guedes, Marina Fernandes; Oliveira, Mariza (2020). Partilhar para reparar: tecendo saberes anticoloniais. In: Fernandes, Rosa Maria Castilho; Domingos, Angélica (org). *Políticas Indigenistas: contribuições para afirmação e defesa dos direitos indígenas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 6 p. 153-167.

Oliveira, Raquel Figueiredo; Ludwig, Fernanda (2021). Promoção do consumo de plantas alimentícias não convencionais (PANC) com crianças em situação de vulnerabilidade social em Santa Cruz do Sul (RS). *Revbea*, v. 16, n. 3, p. 256-271.

Paiva Júnior, Delcides Patrício; Oliveira, Fabiana Lucio (2024). O resgate das plantas alimentícias não convencionais (PANC'S) na conscientização ambiental em uma escola: um relato de experiência. *Revbea*, v. 19, n. 9, p. 411-418.

Polesi, Rejane Giacomolli; Rolim, Rosângela; Zanetti, Cândida; Sant'Anna, Voltaire; Biondo, Elaine (2017). Agrobiodiversidade e segurança alimentar no vale do Taquari, RS: plantas alimentícias não convencionais e frutas nativas. *Revista Científica Rural*, v.19, n.2, p. 118.

Ranieri, Guilherme Reis (2017). *Guia prático sobre PANCs: Plantas Alimentícias não convencionais*. São Paulo: Instituto Kairós. Disponível em: <https://setades.es.gov.br/Media/seadh/Anexos/Cartilha-Guia-Pr%C3%A1tico-de-PANC-Plantas-Alimenticias-Nao-Convencionais.pdf>. [Acesso em: 30 jun. 2025].

Rodrigues, Liziane Mery Laufer; Santos, Ana Carolina Aparecida; Lima, Daniela Macedo; Estevan, Daniela Aparecida (2024). *Revbea*, v. 19, n. 7, p. 222-234.

Sauvé, Lucie (2005). Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental. In: Sato, Michèle; Carvalho, Isabel Cristina (org). *Educação Ambiental - pesquisas e desafios*. Porto Alegre: Artmed.

Sato, Michele (2001). Apaixonadamente Pesquisadora em Educação Ambiental. *Educação: Teoria e Prática*, v. 1, n. 2, p.24, 2001.

Schittini, Cristina de Menezes; Rodrigues, Angélica Cosenza (2023). Quintais com PANC: espaços produtores de educabilidade. *Revbea*, v. 18, n. 4, p. 242-259, 2023.

Slavicek, Gregor (2012). Interdisciplinary - A Historical Reflection. *International Journal of Humanities and Social Science*, v.2, n. 20, p.1-7.

Souto, Vinícius Rangel (2021). A refazenda de Gilberto Gil: uma interpretação. In: XXXI Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música, João Pessoa. p. 1-16.



Souza, Geisi Braga (2020). *Aceitabilidade de preparações alimentícias com a Taioba (Xanthosoma sagittifolium) e Ora-pro-nóbis (Pereskia aculeata Miller): uma revisão de literatura*. Orientadora: Maria Nascimento. 40 f. Monografia (Bacharelado em Nutrição). Governador Mangabeira: Faculdade Maria Milza.

Winch, Junko (2023). Investigating students' attendance in face-to-face, online, and blended teaching of the Japanese language. *Global Journal of Foreign Language Teaching*, v. 13, n. 4, p. 236-253, 2023.